

Déficit zero é ESTUPIDEZ

Sem crescimento, a economia brasileira não conseguirá se desvencilhar de antigos problemas, como a dívida e o déficit público. É o que pensa o professor Dércio Garcia Munhoz, em entrevista ao *JE*. Para ele, propostas como a de déficit zero são irrealizáveis. “Essa proposta é estúpida”, afirmou, acrescentando: “Pela magnitude que teria o superávit é inviável pelos efeitos que causa, e não resolve o problema porque é impossível se pagar os juros a este custo real”. Nesta edição, ainda, as palestras dos professores Paulo Nogueira Batista Jr. e Luiz Antonio Filgueiras, no último Congresso Brasileiro de Economistas.

Página 7

**Rio investe pouco
nas crianças
e adolescentes**

Pág. 15

**Usos e abusos
dos bancos e
cartões de crédito**

Pág. 12



EDITORIAL

Temas para 2006

O *JE* chega ao final deste 2005 trazendo parte da temática que estará conduzindo as discussões políticas do próximo ano, leia-se, as eleições de outubro. Temas como superávit primário, dívida pública e juros básicos *versus* políticas de desenvolvimento, distribuição de renda e redução permanente da desigualdade vão estar em confronto, proporcionando nova oportunidade da sociedade debater e decidir os rumos que anseia e deseja para o país.

Para Paulo Nogueira Batista Jr. fala-se muito do déficit fiscal brasileiro, “mas pouco se comenta que ele é inferior ao de vários países em desenvolvimento”. Por isso, defende não ser assim tão urgente entre as necessidades estruturais do país reduzir a relação dívida pública/PIB.

Luiz Antonio Filgueiras levanta uma

questão mais inquietante: e se o caminho estiver errado? Isto é, e se diante da primeira crise internacional, os chamados “fundamentos da economia” se destrambelharem e todo o esforço for perdido? “Ou seja: não acredito que essa política é garantia de que será consistente na redução da relação dívida / PIB, ao longo dos próximos anos”, afirma.

O professor da UnB, Dércio Garcia Munhoz, não tem dúvidas a esse respeito, quando reaparece em pauta proposta de déficit zero, radicalizando a já extremada política de superávit primário e de pagamento integral à banca nacional e estrangeira da dívida pública, sem questionamentos e auditoria contábil. “É uma estupidez”, afirmou ao *JE*.

Estes são os temas em destaque nesta edição. Um boa leitura e que o próximo ano nos traga notícias melhores. ■

Sumário

- Página 3** XVI CBE – Juro: algoz da dívida pública
Página 5 XVI CBE – Superávit versus redução da dívida
Página 7 Entrevista – “Déficit zero é uma estupidez” ▼

“Ninguém tira governo por corrupção. A pressão que se faz é se ele provoca perdas no capital financeiro”

Dércio Garcia Munhoz



Fotos Helano Stuckert/UnB Agência

- Página 10** Arranjos produtivos locais – Geradores de emprego e renda
Página 12 Artigo do leitor – Os usos e abusos das instituições de crédito
Página 15 Fórum Popular de Orçamento
 – Orçamento da criança não chega a 10% do total

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ
 ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
 Correio eletrônico: imprensa@corecon-rj.org.br

Reportagem: Rebecca Ramos

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:

Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
 Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
 Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
 internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, e Ruth Espinola Soriano de Mello. 2º terço (2003/05): Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa e Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira. 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Câmara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmman Young. 2º terço (2003/05): Gilberto Caputo Santos. 3º terço (2004/06): Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha • **Delegado Eleitor Efetivo:** José Antonio Lutterbach Soares • **Delegado Eleitor Suplente:** Paulo Sergio Souto

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
 Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
 Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
 Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coodenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS

Paulo Nogueira Batista Jr.

Professor da FGV São Paulo

Juro: algoz da dívida pública

A dívida pública brasileira, como sabemos, aumentou bastante depois do Real. Um fato notável do período FHC é que tivemos uma combinação curiosa e rara de um grande aumento na carga tributária brasileira, um grande programa de privatizações, que envolveu a venda de importantes empresas públicas, com o objetivo declarado de reduzir a dívida pública, e apesar disso a dívida líquida do setor público brasileiro aumentou de forma muito expressiva entre 94 e 2002, passando de cerca de 30% para quase 60% do PIB, em 2002, 2003. Em 2004 e, agora, 2005, ela caiu, está em torno de 52%, um nível ainda muito mais alto do que aquele em que estava quando foi lançado o Plano Real.

Quais são as causas do crescimento da dívida pública?

Em primeiro lugar, no primeiro mandato de FHC, de 1995 a 98, a política fiscal foi relativamente frouxa. Apesar do crescimento da carga tributária do país, aumentaram muito os gastos não financeiros e, na média do primeiro governo de FHC, houve um equilíbrio e até um ligeiro déficit primário nas contas consolidadas do setor público. No segundo mandato, já sob tutela do FMI, é que o governo de FHC passou a gerar superávit primário expressivo, da ordem de 3% a 3,5% do PIB. Esse é o primeiro fator: crescimento dos gastos não financeiros.

O segundo fator, mais importante, foi a política de juros adotada pelo Brasil nesse período todo, não só no Governo FHC, mas também no Governo Lula. Os juros brasileiros estão sempre entre os mais altos do mundo, quando não são os mais altos. E particularmente no primeiro mandato de FHC tivemos uma política de juros que foi um estrago monumental, e a razão básica dessa política de juros foi a tentativa de defender uma política cambial extraordina-

riamente inadequada, aquela de sobrevalorização do câmbio no regime de bandas cambiais, que durou até janeiro de 1999. Isso saiu caríssimo para o governo. Houve, além disso, o reconhecimento de dívidas, o chamado “esqueleto”, o custo fiscal do socorro a grandes bancos que tiveram dificuldades e faliram, no período do Plano Real: Nacional, Bamerindus, Econômico e outros.



Pouco se comenta que o déficit fiscal brasileiro é inferior ao de vários países desenvolvidos importantes. Em 2004, o nosso déficit fiscal foi de 2,7% do PIB, do setor público consolidado

Nesta e nas páginas seguintes os resumos editados das comunicações apresentadas pelos professores Paulo Nogueira Batista Jr., de São Paulo, e Luiz Antonio Filgueiras, de Salvador.

Outro fator muito importante e pouco mencionado, nesse contexto de recurso fiscal, da socialização dos custos da crise cambial de 1998 e 1999, foram os vários canais através dos quais o ônus, que culminou na ruptura da banda em janeiro de 99 e na depreciação consequente do real, ficou em grandes medidas com o governo. Essas, em poucas palavras, foram as principais causas, no meu entender, do crescimento da dívida. A segunda questão, que é muito comum, tem uma certa popularidade na imprensa e nos meios financeiros: é se podemos aceitar a tese que a razão da elevadíssima taxa de juros no Brasil é o nível da dívida pública e o nível do déficit público brasileiro.

O mito do déficit

Tenho sérias dúvidas sobre a validade dessa hipótese. Muito mais clara, insofismável, é a relação de causalidade inversa que vai da taxa de juros para o déficit e para o crescimento da dívida. Essa é uma relação clara e até facilmente quantificável; algo que nem sempre é comum. Não é muito comum em economia uma variável macroeconômica importante ser facilmente quantificada. A relação que vai do déficit da dívida pública para a taxa de juro é muito mais incerta, mais sujeita a conjecturas. Não que ela não exista, mas não é tão clara, nítida quanto a outra, que mencionei em relação inversa. E gostaria de repassar alguns dados, que são de fácil acesso e pouco mencionados.

Por exemplo: pouco se comenta que o déficit fiscal brasileiro é inferior ao de vários países desenvolvidos importantes. Em 2004, o nosso déficit fiscal foi de 2,7% do PIB, do setor público consolidado. No Japão foi de 6% do PIB, num conceito muito próximo; nos EUA, 4% do PIB, num conceito também

muito próximo. No ano passado, esse mesmo déficit foi inferior ao déficit médio dos países desenvolvidos. E o déficit do governo central brasileiro, em 2004 (só tenho dados comparáveis com outros países em desenvolvimento), foi ligeiramente inferior ao déficit médio de outros. Temos déficit de 2,7%, enquanto o conjunto dos países em desenvolvimento teve um déficit, em 2004, em média, 3,3% do PIB. Nosso déficit público não é alto, nos padrões internacionais. Ao contrário, tende a ser inferior à média.

E a dívida pública? O que noto nas comparações internacionais é que a dívida pública brasileira, apesar do crescimento, não é exageradamente alta para os padrões internacionais. Ela é pouco mais alta do que a média dos emergentes, provavelmente, e é inferior a de muitos países desenvolvidos; aproximadamente a mesma, na média dos países da OCDE. Uma coisa que é preciso ser muito repetida é a seguinte: a única variável macroeconômica importante do Brasil que discrepa brutalmente do padrão internacional é a taxa de juros. A taxa de juros básica praticada pelo BC e a taxa escorchantemente cobrada pelo sistema financeiro. O que significa essa taxa de juros brasileira? É uma questão controvertida e misteriosa, pois não há consenso sobre esse assunto. Há várias explicações. Parte da explicação para o que está acontecendo hoje é erro de avaliação de condução da política monetária, sobretudo do BC, mas também por parte do Conselho Monetário Nacional.

Menciono, rapidamente, algumas explicações que são muito populares no meio financeiro e na imprensa, para o fato de o Brasil ter juros tão mais altos do que o resto do mundo. Por exemplo: porque a nossa inflação é muito mais alta do que o resto do mundo. Não. Não é. Mesmo antes dessa redução recente da taxa de inflação, agora em 2005, a taxa de inflação era um pouco superior à média mundial e bem pouco acima da média dos países em desenvolvimento.

Tem uma explicação que me ofende particularmente, que também é muito popular no meio financeiro, que é a culpa da moratória de 1987. Eu trabalhava com o ministro Funaro e fui um dos responsáveis por essa moratória, e fico ressentido quando a taxa de juros em 2005 é atribuída à moratória de 1987. Recentemente, estava discutindo isso com várias pessoas e apontei: expliquem por que a Rússia fez uma moratória em 98 que abalou

Na minha avaliação, acho que não precisamos buscar uma redução rápida e drástica da relação dívida pública/PIB, pelas razões que mencionei, não temos um nível exageradamente alto de endividamento

o mundo, inclusive o Brasil, pratica há vários anos juros reais menores do que o Brasil?

Por que a Argentina, que acabou de sair de uma moratória, unilateral, pratica juros reais tão menores que o Brasil? Por que as moratórias mais antigas são tão mais importantes para determinação dos juros relativos do que as moratórias mais recentes? Não faz sentido.

Há também a idéia de que o Brasil tem um grau de incerteza jurídica e do marco institucional excepcionalmente alto; não vejo porque tenhamos que admitir que a nossa incerteza jurisdicional seja maior que a da Colômbia ou da China ou da Rússia ou da Ucrânia, e vários outros países muito mais desorganizados e tumultuados do que o Brasil. A Colômbia, por exemplo, está em guerra civil. Essa explicação também não me parece convincente, que é a vulnerabilidade externa. O Brasil tem hoje superávit comercial expressivo, superávit em conta corrente, as reservas cresceram, as condições internacionais são favoráveis. É verdade que o Brasil tem excesso de liberdade, ao meu ver, para entrada e saída de capitais, mas eu noto que muitos países que têm um regime cambial e de capitais mais liberal ainda que o Brasil praticam juros reais há vários anos muito inferiores que os nossos.

O BC fez um *over kill*

Então, feita essas explicações populares, sem encontrar uma explicação convincente, só posso supor que estamos diante de um fenômeno que envolve elementos de economia política. Existem interesses muito fortes no país, com influência sobre os governos, diferentes gestões do Banco Central que se opõem à prática de juros menos selvagens.

A dívida pública, como tudo no Brasil, é muito concentrada. Credores da dívida pública brasileira são uma minoria, a maior parte deles

brasileiros que têm muito poder de fogo nesse regime extraordinário, em que ativos de liquidez imediata remuneram à taxa exorbitante, em termos reais. Um outro aspecto, volto a dizer, é a “barberagem” do BC. Nessa conjuntura que estamos vivendo eu tenho a forte impressão que o BC fez um *over kill* em matéria de juros reais e levou essa política longe demais.

Para concluir, na minha avaliação o Brasil não precisa de uma reestruturação forçada da sua dívida, nem de moratória, na situação atual. Por que? Nós precisamos saber do que estamos falando. Que dívida é essa que algumas pessoas entendem que o Brasil deva reestruturar ou suspender? É a dívida externa...? Não... Os prazos estão relativamente longos, mais de seis anos em média, no caso da dívida mobiliária externa federal. O custo médio dessa mesma dívida é de 9% em dólares, que é alto para padrões internacionais, mas baixo em comparação com os padrões brasileiros, e a dívida externa pública não é preponderante no total da dívida pública. O que prepondera é a dívida interna do setor público. E ela é uma dívida fundamentalmente com brasileiros.

Na verdade é muito concentrada, é uma dívida com o sistema financeiro brasileiro, com pessoas físicas brasileiras, com fundos de pensão brasileiros, com companhia de seguros. É um risco muito grande e ao tentar fazer uma moratória sobre essa dívida, uma reestruturação, você precisa organizar de maneira muito grave a economia e não repetir a experiência muito infeliz do Plano Collor que foi, fundamentalmente, uma reestruturação forçada da dívida pública e de outros ativos financeiros.

A moratória de 87, tão impopular nos meios financeiros, atingiu os credores externos que eram, na época, preponderantes. A dívida interna é uma dívida do setor público com o Brasil, tem outras características, abordadas de outra maneira. Na minha avaliação, acho que não precisamos buscar uma redução rápida e drástica da relação dívida pública/PIB, pelas razões que mencionei, não temos um nível exageradamente alto de endividamento. Temos que resolver esse problema com uma mistura de política fiscal austera, ainda que não necessariamente com superávit primário tão alto quanto os atuais, com uma administração eficiente da dívida pública, com uso de instrumentos variados, por exemplo, dívida indexada ao IPCA, com prazos mais longos e, sobretudo, com taxas de juros mais civilizadas. ■

Luiz Antonio Filgueiras

Professor da UnB

Superávit versus redução da dívida

Vou fazer uma relação sobre a questão da vulnerabilidade externa com a fragilidade financeira do setor público, que envolve exatamente a questão da dívida pública. E fazer isso através de uma rápida síntese do Plano Real e dos impactos dele e da sua política econômica sobre essa fragilidade financeira do setor público. Pretendo mostrar que a origem contemporânea mais recente (de 1994 para cá) da dívida pública, da fragilidade financeira do setor público é decorrente de uma vulnerabilidade externa proveniente da forma como foi feito o Plano Real e a política antiinflacionária.

Como todos sabem, fizemos uma estratégia de abertura comercial e financeira e de sobrevalorização da moeda nacional como forma de combate à inflação. Isso criou problemas na balança comercial e de superavitária já há muitos anos transformou-se em deficitária, aumentou muito o déficit na balança de serviços e passamos a ter elevadíssimos saldos negativos nas transações correntes do balanço de pagamentos. Para sustentar esse tipo de combate à inflação, baseado em saldos negativos das transações correntes e no endividamento externo, foi necessária a elevação da taxa de juros. Daí a abertura financeira, com elevação dos juros para atrair os capitais financeiros internacionais e fazer o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Essa dinâmica levou, por conseguinte, à fragilização financeira do setor público. A dívida, em termos de valores absolutos, cresceu sistematicamente, desde 1994 até agora. Pelos dados de agosto, temos quase R\$ 1 trilhão de dívida pública. Como percentual do PIB, há também um crescimento sistemático dessa relação até 2003. O ano de 2004 é o primeiro momento em que se tem uma queda dessa dívida pública comparada com o PIB. Esse processo sofreu algumas políticas diferenciadas no primeiro e no segundo governo de FHC. No primeiro, com o câmbio sobrevalorizado e a necessidade de elevar a taxa de juros, a partir do momento que teve a crise cambial de 98 para 99 se teve uma explosão dessa dívida e,

portanto, houve uma modificação da política econômica, a partir do segundo governo. E a modificação foi no sentido de adotar o câmbio flexivo, a política inflacionária de metas de inflação e a obtenção de elevados superávits fiscais primários.

A partir disso, mesmo com os elevados superávits fiscais primários (acima de 3% do PIB), a dívida não diminuiu, nem em valores absolutos, nem em valores percentuais, quando comparados com o PIB. Essa queda aconteceu, pela primeira vez, em 2004. Em minha opinião, ela tem a ver com fato de o PIB ter crescido 4,9% e também em função de uma revalorização do câmbio. Ao mesmo tempo, há uma modificação do perfil da dívida. A dívida interna vai se sobressaindo cada vez mais, principalmente, a partir do segundo governo de FHC. Hoje, a dívida interna é preponderante na dívida pública e a dívida externa não tem tanta importância assim, no contexto da dívida pública. Portanto, a dívida interna é o elemento central, hoje.

Conjuntural ou estrutural

E aí, pergunto como é que foi possível, através de uma mesma política econômica que vinha sendo feita desde 1999, só em 2004 ter a primeira queda (na relação dívida pública/PIB)? Porque a política econômica foi a mesma, o tempo todo, com elevado superávit, que até aumentou, de 3,75% para 4,25%, para tentar reduzir essa dívida e, no entanto, ela só foi reduzida exatamente em 2004. Agora, em 2005, provavelmente, deve ficar no mesmo nível de 2004 ou talvez um pouco acima. Vai depender da taxa de crescimento que vamos ter e também do nível de superávit fiscal que o governo vai fazer.

Por que houve essa queda? Creio que a questão fundamental, além da obtenção do



superávit, tem a ver com a mudança da política cambial. Ou seja, se reduziu a vulnerabilidade externa da economia brasileira, embora eu não tenha certeza se essa redução seja estrutural ou se é apenas uma redução conjuntural, porque com a desvalorização cambial se passou a ter saldos positivos sucessivos da balança comercial. Saldos crescentes, a partir de 2001, do penúltimo ano do segundo governo de FHC, quando foi de US\$ 2,6 bilhões. Depois, no último ano, já foi para US\$ 12 bilhões. No primeiro ano do Governo Lula, US\$ 23 bilhões; foi para US\$ 33 bilhões e esse ano está se esperando em torno de US\$ 41 bilhões de saldo da balança comercial. Esse saldo, portanto, contribui do ponto de vista conjuntural para reduzir a chamada vulnerabilidade externa, e todos os indicadores que apontam para essa vulnerabilidade se reduziram em função desse bom desempenho das exportações brasileiras, que começou a redefinir a balança comercial, o balanço de pagamentos e as transações correntes, a partir da desvalorização cambial de 1999.

A questão que me parece importante é saber em que medida a política de obtenção de expressivos superávits fiscais primários, que só deu resultados modestos em 2004, e

vai se repetir agora mais ou menos o mesmo resultado em 2005, em que medida ela tende realmente a impactar de forma positiva e conseguir o objetivo que se propõe que é reduzir de forma sistemática e consistente essa relação dívida pública/PIB?

Eu tenho sérias dúvidas sobre isso porque essa política tem relação com a inserção internacional do Brasil, com a questão de uma maior ou menor vulnerabilidade externa da economia brasileira, que aparentemente se reduziu, em função dos elevados saldos da balança comercial. Só que estamos vivendo há três anos uma conjuntura internacional, pelo menos os últimos três anos, extremamente positiva do ponto de vista dos mercados internacionais, com a participação e o crescimento expressivo da China, os EUA voltando a crescer, a Argentina se recuperando, também com taxas elevadas de crescimento na relação com o Mercosul e com o Brasil, o aumento dos preços das *commodities*.

Dúvidas e instabilidades

Tudo isso tem sido extremamente positivo do ponto de vista desse saldo da balança comercial. No entanto, flutuações na economia internacional são extremamente repetitivas e reiteradas ao longo desses anos todos de hegemonia do capital financeiro, na volatilidade que o capital financeiro provoca na economia internacional. Daí, tenho dúvidas. Em que medida, se tiver alguma movimentação, mudança na economia internacional, ela irá impactar na vulnerabilidade externa da economia brasileira? Nos dois governos de FHC, em oito anos, tivemos seis crises cambiais, umas mais fortes, outras menos; mas tivemos seis crises cambiais. Ou seja, instabilidade macroeconômica permanente, com estabilidade monetária, derrubada de preços, da inflação, mas instabilidade macroeconômica permanente.

E essa instabilidade tem a ver com a forma de inserção internacional. Se pegar na balança comercial brasileira os 20 produtos principais, que correspondem mais ou menos a 51%, 52% da pauta de exportação há dois que se pode considerar com mais tecnologia, que são os automóveis e os aviões. Os outros 18 produtos ou são *commodities* ou produtos industriais de baixo valor agregado, intensivo em força de trabalho e recursos naturais. Logo, a inserção internacional brasileira é extremamente precária, do ponto de vista da

pauta de exportações. E aí me pergunto em que medidas que se tenha uma dificuldade no mercado internacional, alguma dificuldade, como isso vai impactar na vulnerabilidade externa e por extensão como isso vai impactar na dívida pública e na relação dela com o PIB?

A política de taxas de juros elevadas e o próprio superávit fiscal primário desestimulam também o crescimento. E o crescimento é um dos elementos da relação por definição. Então, essas políticas desestimulam o crescimento econômico, ao mesmo tempo aumentam a dívida do ponto de vista absoluto, desestimulando o crescimento econômico e desacelerando o crescimento do PIB e, portanto, tendendo a voltar a elevar essa relação dívida/PIB.

Ou seja, não acredito que essa política que está sendo feita é garantia de que será consistente

Há uma tendência em uma conjuntura como essa de a gente simplesmente esquecer a grande volatilidade que é típica do capitalismo, hoje; já desde a quebra do acordo de Bretton Woods, nos anos 70, essa volatilidade cresceu enormemente sob a hegemonia do capital financeiro

e sistemática na redução da relação dívida – PIB, ao longo dos próximos anos, exatamente pela inserção externa brasileira precária. E que a depender da conjuntura internacional, da taxa de juros americana, do crescimento mundial e da forma de competição internacional que o Brasil possa colocar em suas exportações, pode sofrer impacto e desmanchar. Porque essa política é um esforço muito grande, gigantesco, para reduzir pontos percentuais, alguns pontos percentuais durante vários anos. Quando se soma todos os três ou quatro primeiros anos dessa política (de 1999 a 2002), são cerca de R\$ 175 bilhões, de superávit fiscal primário acumulado ao longo do período.

O país faz um esforço enorme e basta uma instabilidade internacional, do comércio, das finanças, quando a volatilidade é maior, e tendo que responder com uma política econômica de juros altos ou desvalorização cambial se desfaz rapidamente alguns pontos

percentuais que você ganhou com esforço tremendo ao longo de todos esses anos.

Portanto, há uma vinculação estreita entre a vulnerabilidade externa e a fragilidade financeira do setor público. Essa vulnerabilidade conjuntamente está mais amortecida, mas ela não está resolvida de uma forma mais consistente, mais estrutural. Quer seja pela excessiva abertura financeira e falta de controle da mobilidade de capitais, quer por essa pauta de exportações da economia brasileira que mencionei. Por isso, é passível de grandes modificações e volatilidade, que vão impactar o gerenciamento dessa dívida pública e, portanto, se pode vir a perder o esforço que se fez gigantesco para ganhar alguns pontos percentuais, em um espaço de tempo curtíssimo.

Um esforço enorme para reduzir a dívida muito lentamente, e qualquer mudança na trajetória do crescimento internacional ou dos fluxos internacionais de capitais pode reverter completamente o esforço feito. Nós temos uma tendência a esquecer as coisas muito rapidamente. Por exemplo, agora a liquidez internacional está elevadíssima. A situação brasileira não é exclusiva, todos os países emergentes estão caminhando na mesma direção. O Brasil está crescendo menos que a média dos países emergentes. O crescimento das exportações também está ocorrendo em todos os países emergentes, ou seja, é um quadro internacional que está beneficiando o conjunto da economia internacional, do comércio internacional e das economias emergentes.

Há uma tendência em uma conjuntura como essa de a gente simplesmente esquecer a grande volatilidade que é típica do capitalismo, hoje; já desde a quebra do acordo de Bretton Woods, nos anos 70, essa volatilidade cresceu enormemente sob a hegemonia do capital financeiro. Então, no momento de alta liquidez tende-se a esquecer aqueles momentos de crise. Óbvio que não está no horizonte uma crise na proporção que tivemos na Ásia, mas chamo a atenção que a volatilidade é muito grande e que a gente pode jogar fora vários bilhões de reais do superávit fiscal primário, que poderiam estar dirigidos a outros setores da economia. Só para se ter idéia, a execução do Orçamento na Saúde, até setembro, era de 6%, e 20% empenhados. Isso tem a ver com o superávit fiscal primário. Portanto, é um esforço gigantesco, que abala todas as outras áreas da sociedade e principalmente as políticas sociais, e que em minutos pode ser perdido. ■

ENTREVISTA Dércio Garcia Munhoz, professor da UnB

“Déficit zero é uma estupidez”



Em passagem pelo Rio de Janeiro para uma palestra nas atividades do Jubileu da Dívida, o professor Dércio Garcia Munhoz conversou com o *JE* sobre temas como a situação de nossa economia, a conjuntura internacional e propostas como a do déficit zero e da redução nos gastos correntes da União. O mestre da UnB destaca o papel da China na demanda mundial, aquecendo todas as economias regionais, mas afirma que o auge dessa demanda chinesa já passou, entrando em fase de declínio. Para Munhoz, ao sacrificar a renda das famílias e, portanto, do seu consumo, a política econômica está cavando a sua própria sepultura, a depressão. “Eles estão pensando que para manter o apoio político externo do governo americano, do FMI e dos banqueiros é preciso aprofundar o arrocho internamente. E essa proposta vem, exatamente, nesse caminho: a busca do impossível”.

Jornal dos Economistas – Não bastasse o superávit primário, a proposta agora é de déficit zero. Como avalia?

Dércio Garcia Munhoz – Bom, o superávit primário é uma parcela da receita de impostos que se separa para o pagamento de juros. Os juros são pagos integralmente com esse superávit primário? Não. O superávit primário, apesar de ele ser cavalariço, provocar uma desestruturação ainda maior da economia – porque quando o governo arrecada e não gasta esteriliza uma renda e, portanto, ao não comprar bens e serviços provoca um efeito depressivo da economia – esse superávit primário paga uma parcela muito pequena, na verdade, dos juros da dívida. O que significa que se é obrigado a capitalizar, aumentar a dívida pela parcela de juros que não se consegue pagar. E o que é o déficit zero? Diz o seguinte: devo fazer um superávit primário tão grande que pague integralmente os juros, de modo que não tenha déficit nenhum, no final. Ou seja, não vou capitalizar juros, vou

pagar integralmente. Se imaginarmos que os juros reais são, aproximadamente, três vezes o superávit primário do ano anterior, significa que para zerar o déficit devo fazer um superávit praticamente três vezes maior do que fiz no ano passado. Essa proposta é estúpida! Pela magnitude que teria o superávit é inviável pelos efeitos que causa, e não resolve o problema porque é impossível se pagar os juros a este custo real, já que o Orçamento comportaria no máximo juro real de 3%. Ou seja, só poderia ter déficit zero e pagar integralmente os juros com recursos do Orçamento, se os juros estivessem apenas 3% acima da inflação. Com juros, hoje, em torno de 15% a 16% acima da inflação, veja a distância entre o mundo real e essa proposta que é uma mera ficção.

JE – Essa proposta não só está sendo apresentada como parece que está chegando à área de decisão. Junto com ela está se falando em conter gastos correntes...

Dércio – Existem duas maneiras de fazer o déficit zero. Aumentar muito os impostos ou

cortar muito as despesas, ou fazer os dois. Para ter um superávit primário três vezes maior, significa que para chegar a zerar tenho que ter um grande aumento de impostos. Dizer que essa decisão deve implicar maior corte de despesas correntes traz a pergunta: como posso cortar despesas correntes se venho negando recursos exatamente para um tipo de necessidade que não tem nenhuma relação com o PIB, nem com a taxa de crescimento da receita do governo. Tem relação com a taxa de crescimento da população. Isso significa agravar ainda mais os problemas na área da saúde, educação, saneamento etc, se quiser fazer o tal déficit zero, cortando os gastos correntes. O que não está se percebendo no exame dos gastos correntes é que o gasto corrente é função das necessidades da população, que é função do crescimento da população, da taxa de urbanização etc. Não tenho liberdade de cortar os gastos correntes – até porque, mais do que cortei do salário do funcionalismo? E

quando cortei, afetei a economia porque cortei uma parte dinâmica da economia, que é a demanda das famílias.

JE – Mas há quem fala na Previdência...

Décio – Na Previdência também não há possibilidade porque o desajuste da Previdência é decorrente da queda na massa de salários, com relação ao PIB, e um crescimento pequeno do número de trabalhadores. Ou seja, cortei a capacidade de crescimento das receitas da Previdência. Se a receita do trabalho, a renda do trabalho caiu de 40% do PIB, 42%, e hoje está um pouco abaixo de 30% (salário mais ganhos de autônomo), imagina como cortei a capacidade de arrecadação da Previdência Social. Posso até avançar aí, mas não posso fazer muita coisa, mesmo porque tive um crescimento grande mais recente, que é na área de licenças médicas. E a gente sabe que esse problema de licença médica é por muitas razões. Primeiro, porque o sujeito na iminência de estar desempregado pede licença médica; mas quando se empobreceu bastante a população, a partir de 1994, com o Plano Real, se criou um problema



O caminho está do outro lado que é o aumento da receita, da economia. Mas isso requer uma mudança total na política econômica, com recomposição da renda do trabalho, queda da carga tributária e dos juros, o que não está sendo discutido

de debilitação física das pessoas, que ficam mais propensas às doenças. Vou cortar o que? Outro fato é a incapacidade de arrecadação, pela perda de salários. Ou seja, quanto mais o governo marcha nesse sentido, mais avança na contramão porque as questões só podem ser resolvidas por recomposição da renda das famílias e o crescimento da economia. Porém tomam medidas que mais atrofiam a economia e mais se distanciam de qualquer solução. O caminho está do outro lado que é o aumento da receita, da economia. Mas isso requer uma mudança total na política econômica, com recomposição da renda do trabalho, queda da carga tributária e dos juros, o que não está sendo discutido.

JE – O senhor falou da nova reforma previdenciária. Agora seria outra vez sobre o setor privado?

Décio – Não. Eles falam em novas reformas e eu acredito que virão dos dois lados porque as reformas estão sendo feitas de forma a não unir trabalhador do setor público e privado, podendo, inclusive, jogar uns contra os outros como tem sido feito, especialmente pelo governo do PT. O que falta agora é pegar o fator previdenciário, que reduz as aposentadorias e os benefícios e aplicar no setor público. E falta pegar o setor privado e fazer a contribuição dos aposentados e pensionistas, com o corte nas pensões. O que se fez no setor público, não se fez no privado. Os avanços serão nesse sentido. E procurando o que? Procurando o impossível porque a economia está realmente travada. E se a economia chinesa refluir e reduzir o papel que está tendo na economia internacional, aí entraremos em colapso porque da renda que se tirou das famílias, internamente, há uma sobra correspondente de bens. Exporto e com isso equilíbrio a economia. Ela vai se arrastando, mas não entra em colapso. Agora, se tiver uma perda de exportações em funções de um comportamento diferente da economia chinesa, como já está começando a ocorrer, não terei uma economia mundial para absorver aquilo que estou tirando das famílias, internamente. Aí se entra em colapso, internamente. Ou seja, eles tinham que estar preocupados em como viabilizar economia brasileira para que possa crescer e impedir uma degingolada com problemas econômicos e sociais muito graves internamente. Eles estão pensando que para manter o apoio político externo do governo americano, do FMI e dos banqueiros é preciso aprofundar o arrocho

internamente. E essa proposta vem, exatamente, nesse caminho: a busca do impossível.

JE – O senhor atribuiu a queda de 56% para 51% na relação dívida pública/PIB, basicamente à queda da cotação cambial. Existe outro país no mundo que tente resolver essa relação abaixo de 50%?

Décio – Mas a tendência é crescer. Veja bem, uma economia crescendo pouco e uma taxa de juros muito grande, que você não consegue pagar, a tendência é da dívida ir subindo. Se o PIB sobe, pode-se manter a relação e até cair. Mas estou no inverso: uma taxa de crescimento pequena, dado o empobrecimento das famílias, e taxa de juros altas. Então, a tendência é aumentar. E por que caiu agora? Só caiu porque se está contabilizando a dívida externa do Tesouro a uma taxa de câmbio que, hoje, é 60% da taxa de equilíbrio. No início do Plano Real era 65% o ponto mais baixo, agora é 60% do nível que deveria estar.

JE – O senhor tem citado em suas palestras o caso do Plano Collor, que tungou da dívida US\$ 50 bilhões...

Décio – Houve dois momentos do Governo Collor. O primeiro, com a equipe que levou até o Plano Collor 2. O que eles fizeram? Não incorporaram a correção monetária na virada de uma moeda para outra e com isso pegaram uma dívida externa que veio do governo Sarney, US\$ 146 bilhões, e jogaram abaixo de US\$ 100 bilhões. Deram um corte de um terço, aproximadamente, em torno de US\$ 50 bilhões no capital financeiro especulativo. Inclusive, sempre digo que a única coisa que esse governo fez foi isso. Agora, pagou um preço caro. Por que? Por que houve corrupção? Não. Corrupção não dá. Tanto é que no governo seguinte não deu e agora não está dando. Ninguém tira governo por corrupção. A pressão que se faz é se ele provoca perdas no capital financeiro; e foi o que o Collor fez naquele primeiro momento. Por isso que a dívida não explodiu. A gente falava assim: se o Lula pegar o governo agora vai explodir na mão do PT. Não explodiu porque deu um corte violento, e não só isso como deu um imposto de renda tão extraordinário que a carga tributária até aumentou naquele ano; aumentou e caiu outra vez. Depois veio a segunda equipe e ela fez o que? Abriu o capital estrangeiro, facilitou a especulação da bolsa de mercadorias de São Paulo, facilitou e especulação com o câmbio. Foi a equipe que montou isso e correu para trabalhar em banco estrangeiro para ganhar dinheiro em cima. Quer dizer, bateu escanteio e correu para cabecear...

JE – *É a turma do Marcílio...*

Dércio – Do Marcílio, exatamente (ex-ministro Marcílio Marques Moreira). Fizeram essa abertura e depois disso o que tivemos, na entrada do Real? Uma perda pequena e depois uma violência de aumento da dívida, com juros altos. E nesse governo estamos com juros incrivelmente elevados. Sabe-se que no último ano FHC, os juros eram bem menores que a inflação. Ou seja, no último ano do FHC, os juros foram menores. Ele deu juros altos o tempo todo. Tanto é que a dívida do Tesouro aumentou mais ou menos US\$ 4 para cada dólar de crescimento do produto do Brasil. Agora, no último ano, ele estava pagando juros abaixo da inflação. A inflação subiu, ele segurou lá embaixo. O que fez o PT? O PT elevou a taxa de juros e como a inflação foi caindo, porque o arrocho que deram, perderam mais salários, e o juro real foi aumentando. Então, o que vem sendo feito em termos de juros é muito pior. Hoje, se chega a um ponto que se está com uma inflação que chegou a registrar taxa anual de um dos indicadores de 3%, 4% e os juros, 19%. Os dados do BC indicam que a taxa de juros médio, nominal, do governo federal é de 28% nos últimos meses, coisa que é muito mais do que a Selic. Certamente é pela colocação de títulos com deságio e coisa assim.

JE – *O senhor abordou o consumo das famílias e uma das polêmicas sobre a queda do PIB no terceiro trimestre seria o paradoxo desta queda ocorrer com o consumo das famílias crescendo 0,8%. Qual sua avaliação?*

Dércio – Ainda não examinei os dados. Sei que a agricultura caiu 3,4%, mas tem que ver que a renda agrícola tem peso pequeno na economia. Renda agrícola, aliás, é uma ficção. O que se paga de salário na agricultura é o que se paga pela terra etc. Em um saco de soja, muito mais da metade do preço é renda urbana. É renda da semente, sacaria, transporte, renda financeira dos juros do financiamento etc. O que significa que a gente não pode dizer que caiu 3,4%. E a agricultura só vale 10% do PIB. A grande parte da renda agrícola, hoje, especialmente nas lavouras de exportação, é contabilizada como renda urbana. Esse é um ponto fundamental para a discussão. A outra questão é se vamos discutir o IBGE – e temos que discutir – vamos discutir que ele não corrigiu a inflação artificial do ano de 1994, no Plano Real. E, com isso, toda série do IBGE está invalidada porque revela um grande crescimento da renda entre 93 e 95, que não

aconteceu. Usou um deflator feito por decreto, especialmente porque não se contou a inflação em moeda nacional, contou em URV. E com isso revelou um grande crescimento da renda e distorceu todos os estudos do IBGE sobre população, nível de pobreza etc. Temos que discutir isso, porque toda a série do IBGE que



Se não fosse a China, teríamos perda, queda na produção, depressão. Redução na produção ano a ano, que é o risco que temos no futuro. As vantagens da presença chinesa, já perdemos

pega de 95 para trás e faz comparação, não tem nenhum valor. Antes do Plano Real, em 1993, a renda de trabalho (autônomos mais salários) era de 42%, 42,5% do PIB. Os dados atuais estão indicando 29,5%, esperando ainda as contas nacionais do ano passado. Ou seja, 13 pontos de percentagem que se tirou, só da renda do trabalho. Isso provocou uma queda violenta na economia e esse é o dado principal. Este ano a carga tributária aumentou? Aumentou. Aumentaram os juros? Aumentaram. O que isso significa? Menor renda das famílias, ou seja a economia aprofunda os pontos de travamento. Essa política econômica, na melhor das hipóteses, vai levar a economia brasileira se arrastando. Agora, se a economia chinesa reduzir a presença na economia mundial, vamos começar a ter um problema que é: onde colocamos aquilo que sobra do arrocho em cima das famílias e que as famílias não

consomem? Sobram bens que as famílias não compram no mercado. Se a China sai desse papel de levar a economia mundial ao nível tal, que está absorvendo os excedentes brasileiros, aí entraremos em colapso internamente.

JE – *Podemos quebrar?*

Dércio – Não. A questão é que se gera uma renda e não gera demanda interna. Mais ou menos o modelo da Alemanha, pós o tratado de Versailles, depois da Primeira Guerra Mundial. Mas ele só é sucesso se tiver a economia mundial aberta para receber os excedentes. E a China provocou isso aí. Se voltar a normalidade da economia mundial, não se consegue colocar esses excedentes. O que significa que aquela renda que se tirou das famílias não tem um comprador externo, e aí se entra em colapso porque a tendência é a redução da produção. Hoje, estamos nos arrastando.

JE – *Muitos acham que estamos perdendo um excelente momento para o país deslanchar. O senhor participa dessa visão?*

Dércio – Nós não estamos perdendo, porque já perdemos. O efeito da China na economia mundial já aconteceu. Agora ele é decrescente. Então, nós perdemos. O mundo cresceu muito, todos os países cresceram bastante e nós nos arrastamos, praticamente, com a economia parada. Se não fosse a China, teríamos perda, queda na produção, depressão. Redução na produção ano a ano, que é o risco que temos no futuro. As vantagens da presença chinesa, já perdemos. Tanto é que todos os países do mundo cresceram, todas as economias grandes, pequenas, exportadoras de produtos primários, economias industrializadas. E qual o benefício que ganhamos da China? Impediu que a nossa economia degingolasse, o que permitiu taxas de crescimento da produção pouco acima de 2%, que é ridículo, em termos brasileiros. Passado esse momento, que começa a passar, aí é inevitável..., porque todo esse excedente que estamos colocando em função da presença chinesa na economia mundial é aquele que tiramos das famílias, ao reduzir brutalmente a renda do trabalho. Nós desestruturamos a economia brasileira como, talvez, poucas vezes se tenha presenciado em outro país, outro momento da história. Quando se reduz a renda do trabalho, se está tirando pessoas da feira e do mercado. Mas e essa renda, o governo não gasta? Não. Ele paga juros. E de quem são esses juros? Dos fundos de pensão, bancos nacionais e estrangeiros... ■

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS Pedro Paulo Silveira Felicíssimo*

Geradores de emprego e renda

O estudo elaborado pelo Sebrae, sob a orientação do professor Jorge Britto, da Universidade Federal Fluminense, para diagnóstico dos Arranjos Produtivos Locais (APL's), no Estado do Rio de Janeiro (estudo completo em www.sebraerj.com.br), parte das concentrações ou aglomerações econômicas presentes na economia do estado, identificadas por intermédio das relações entre firmas, destas firmas com as instituições e o mercado e das articulações entre os diversos agentes no interior das cadeias produtivas, segundo um padrão definido de localização espacial das atividades, orientado pelos seguintes parâmetros:

1 – Maximização qualitativa e quantitativa da utilização dos fatores produtivos visando o aumento da produtividade.

2 – A desconcentração espacial da estrutura produtiva, objetivando posterior expansão industrial.

3 – As introduções de inovações em produtos, processos e formatos organizacionais na busca por aumento da competitividade, visando primordialmente à exportação.

Identificado como fator principal da indução atual de desenvolvimento industrial do Estado do Rio de Janeiro, a indústria extrativa mineral, mais especificamente, a de extração de petróleo, as indústrias e o setor de serviços vinculados a esta atividade, torna-se importante a observação das trajetórias históricas de formação dos vínculos territoriais (regionais e locais), a partir das bases de sustentação social, cultural, política e econômica, onde ocorram os processos, e se são ou não inovadores e cooperativos, para a análise do seu potencial de dinamismo e competitividade.

A existência de transmissões e disseminações do aprendizado de forma interativa e a importância do “conhecimento tácito” nas atividades, como por exemplo, no artesanato familiar e na pesca artesanal, coexistem com a existência de vínculos e relações de



interdependência e interação entre os diversos agentes: empresas e suas associações, universidades, institutos de pesquisas, consultorias, setores públicos e privados, Ong's e outros.

Pólo da moda de Friburgo

É de importância fundamental na identificação dos APL's através da análise dos aglomerados ou concentrações econômicas já existentes, o nível de emprego e de remuneração, para a avaliação dos níveis de especializações dos diversos setores. Esta especialização dos setores pode assumir um caráter horizontal, com empresas do mesmo segmento ou vertical, com empresas em atividades complementares.

Assim, respectivamente, as atividades nos interiores dos aglomerados econômicos são identificadas como especializadas, decorrentes do fenômeno de similaridade entre municípios, com semelhante ou aproximada base técnica ou relação produção/comercialização, ou identificadas como diversificadas, decorrentes do fenômeno de interdependência: relações verticais entre cliente-fornecedor e/ou produtor-usuário.

Como exemplo, o Pólo de Moda de Nova Friburgo, que pode ser classificado como diversificado e, acredito, deva assim ser caracterizado pelo tratamento das diversas ações de coordenação ou fomento a serem empreendidas, isto por envolver atividades variadas vinculadas ao setor têxtil: confec-

ções, comércio atacadista e varejista de artigos de vestuário etc.

Dos 30 ramos de atividades analisados no estudo do Sebrae, 27 (20 de serviços e 7 de indústrias) apresentaram níveis de especializações satisfatórias. Basicamente, são eleitos quatro indicadores para caracterização de um aglomerado econômico, com potencial de ser um APL.

(i) Quociente Locacional (QL).

$QL_e = \frac{\text{emprego do setor } i \text{ no município}}{\text{total de emprego no município}} \div \frac{\text{total de emprego do setor } i \text{ no País}}{\text{total de emprego no País}}$

$QL_r = \frac{\text{remunerações do setor } i \text{ no município}}{\text{total de remunerações do município}} \div \frac{\text{total de remunerações do setor } i \text{ no País}}{\text{total de remunerações do País}}$ e $QL > 1 =$ especialização.

(ii) Índice de Relevância Setorial (RS).

$RS_e = \frac{\text{emprego do setor } i \text{ no município}}{\text{total de emprego do setor } i \text{ no País}}$
 $RS_r = \frac{\text{remunerações do setor } i \text{ no município}}{\text{total de remunerações do setor } i \text{ no País}}$ e $RS > 0,1\% =$ especialização

(iii) Índice de Importância Municipal (IM).

$IME = \frac{\text{emprego do setor no município}}{\text{total de emprego no município}}$

$IMr = \frac{\text{remunerações do setor i no município}}{\text{total de remunerações do município}}$

e $IM > 0,1\% =$ especialização.

(iv) Mínimo de Densidade – nº de estabelecimentos do setor no município, estabelecido como padrão mínimo em 3 (três).

As 61 concentrações econômicas identificadas dão noção de sua importância na estrutura empresarial, na geração de emprego e renda no Estado do Rio de Janeiro: segundo os dados da Rais de 2001, elas totalizam

14.125 estabelecimentos, gerando 238 mil empregos e remunerações da ordem de R\$ 312 milhões, sendo possível destacar as concentrações com mais de três mil empregados: Petróleo (Macaé), Siderurgia (Volta Redonda), Petroquímico, Químico e Plástico (Duque de Caxias), Vestuário Moda Íntima (Nova Friburgo), Serviços Médicos (Campos dos Goitacazes), Vestuário (São Gonçalo), Cerâmica Vermelha (Campos dos Goitacazes) e Turismo (Região dos Lagos).

A partir de então o estudo pode partir para identificação entre as concentrações ou aglomerados econômicos, aqueles que mais se enquadram no conceito clássico de APL:

(i) Presença de Especialização (Emprego e Renda);

(ii) Nível de Emprego e de Estabelecimentos;

(iii) Dotação de Recursos: Físicos, Naturais e Especializados;

(iv) Estrutura de Governança Articulada;

(v) Presença Institucional: Capacitação, Fomento e Pesquisa.

Dezessete APLs foram identificados por intermédio destes conceitos, em um total de 6.799 estabelecimentos, sendo responsáveis por 145.583 empregos e remunerações de R\$ 236 milhões, em dezembro de 2001 (Rais). São eles: Petróleo; Moda Íntima; Têxtil Vestuário; Rochas Ornamentais; Siderurgia; Automotivo; Petroquímico, Químico e Plástico; Cerâmica Vermelha; Indústria Naval; Fruticultura; Turismo (Região dos Lagos, Itatiaia e Resende, Rio de Janeiro e Costa Verde); Telecomunicações; Informática; Audiovisual.

A análise da estrutura de governança de cada APL torna-se

significativa para definição do índice de especialização do mesmo. Na atividade exportadora foi possível identificar 31 atividades entre aglomerados, concentrações econômicas e APLs, responsáveis por 73% do total das exportações do Estado do RJ, entre 2000 e 2002, em um valor de US\$ 5,8 bilhões, sendo o complexo petróleo, químico, petroquímico e plástico responsáveis por US\$ 3,5 bilhões.

O estudo conclui destacando a importância que os arranjos produtivos locais e a força que micros, pequenas e médias empresas exercem na economia do estado, como fatores de geração de emprego e renda. O governo Lula e o Sebrae nacional anunciaram recentemente a prioridade para as ações voltadas para os APLs. ■

* Economista.

Correio: felicissimotrader@yahoo.com.br

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 02/2005 PARA O CARGO DE SECRETÁRIA

O Presidente do Conselho Regional de Economia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que fará realizar através da Empresa **CETRO - Concursos Públicos, Consultoria e Administração S/S** em datas, locais e horários a serem oportunamente divulgados, Concurso Público destinado ao provimento de vagas existentes para o cargo de Secretária.

As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico <http://www.cetroconcursos.com.br>, no período de 23 de dezembro de 2005 a 13 de janeiro de 2006, iniciando-se no dia 23/12/05, às 12h e encerrando-se, impreterivelmente, às 20h do dia 13/01/06, observado o horário oficial de Brasília/DF.

A taxa de inscrição a ser paga a título de ressarcimento de despesas com material e serviços, a favor da empresa CETRO Concursos Públicos, Consultoria e Administração S/S Ltda. será de R\$ 35,00.

ATENÇÃO: As demais informações sobre o concurso constam do edital nº 02/2005, em sua íntegra, que será afixado no Conselho Regional de Economia – 1ª Região – Rio de Janeiro e divulgado na internet no endereço www.cetroconcursos.com.br, a partir do dia 23 de dezembro de 2005.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2005.

José Antonio Lutterbach Soares
Presidente



Universidade Santa Úrsula

Processo Seletivo 2006

Cursos de Graduação

- Vestibular
- ENEM
- Transferência Externa
- Portadores de Diploma Superior

*Membros do CORECON-RJ e seus dependentes tem direito a **bolsa de 50%** de desconto nos Cursos de Graduação



Cursos Superiores Tecnológicos (2 anos de duração)

Análise do Memorial, Entrevista e Prova de Redação

Projeto Especial Educador

Entrevista, Análise do Curriculum Vitae e Prova de Redação.

Cursos oferecidos no Projeto Educador:
Letras, Pedagogia e Matemática
com bolsa de 65% de desconto para professores que atuem em Educação Infantil e de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental.

Informações

USU - Universidade Santa Úrsula
Rua Jornalista Orlando Dantas 59 - Botafogo - RJ - CEP: 22231-010
Tel.: (21) 2554-2500 / (21) 2554-2540 / (21) 2551-1849
Fax: (21) 2551-6446
E-mail: sa.convenio@usu.br - Site: www.usu.br

ARTIGO DO LEITOR Newton Bandeira de Mello Golek*

Os usos e abusos das instituições de crédito

Economista especializado em direitos do consumidor em relação às instituições bancárias, financeiras e de administração de cartão de crédito aponta os direitos do consumidor e o caminho das pedras.

Hipossuficiência e sociedade de consumo são fatores que determinam a vulnerabilidade da pessoa comum e, por isso, seus direitos constitucionais. Com a mudança presidencial e conforme constantemente noticiado na imprensa, o país tem tentado dar prioridade na geração de empregos e para tanto negocia investimentos estrangeiros. O impacto positivo seria um superávit no balanço de pagamentos e, portanto, o país teria mais recursos e poderia produzir mais, gerando com isso mais empregos. No entanto, o que se vê são as altas da taxa básica da economia (Selic) estipuladas pelo governo com o objetivo, segundo eles, de perseguir uma meta de inflação estabelecida e frear o consumo. Dentre as principais conseqüências, está a alta dos juros no crédito direto ao consumidor, incluindo o cartão de crédito e o cheque especial.

É importante frisar que, segundo pesquisas, o Brasil é considerado um país classe C. De cada três famílias brasileiras, duas estão nas classes C e D. São 5,89 milhões de lares de classe média e os outros 4,67 milhões de lares são de baixa renda. Os contratos bancários têm sido alvo de inúmeras ações judiciais, no que se refere às taxas de juros aplicadas em tais contratos. É público e notório que bancos, financeiras e cartões de créditos cobram juros extorsivos, quando da concessão de crédito.

Entretanto, quando questionados judicialmente, entre outras alegações, dizem que tal prática é permitida pelo Banco Central, quando

na realidade a referida instituição informa as taxas praticadas no mercado financeiro. Ressalte-se que um ato administrativo do BC não é superior à Súmula 121, do Supremo Tribunal Federal, que proíbe a capitalização de juros, ainda que convencionalmente. Não devemos esquecer do artigo 406, do novo Código Civil. Alegam também que os consumidores usam a justiça para se furtarem da responsabilidade, o que não é verdade. O consumidor quer apenas saber qual o valor real de seu débito, em virtude da abusividade dos juros.

O artigo 6º do capítulo III, inciso VIII, garante ao consumidor a defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando a critério do juiz for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência. No mesmo capítulo, o inciso V assegura ao consumidor o direito de modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações proporcionais, ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

Abusos mais freqüentes

Deve-se ressaltar que se as taxas cobradas no mercado para um empréstimo fossem questionadas na Justiça, os valores pagos a mais seriam devolvidos em dobro ao consumidor. As práticas e cláusulas abusivas mais freqüentes ao consumidor são:

a) O constante assédio dos bancos e instituições financeiras quanto ao fornecimento de serviços produtos ao consumidor, sem prévia autorização, contrariando os parágrafos III e IV do artigo 39, do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Como exemplo referente ao parágrafo III, podemos citar o envio de cartões de créditos ao consumidor sem solicitação do mesmo. Como exemplo referente ao parágrafo IV, podemos citar as atuais publicidades dos bancos e das financeiras em conceder empréstimos aos aposentados. As referidas instituições quando tiverem que recorrer aos meios judiciais para o recebimento



de seu crédito, obrigando o cliente a pagar honorários de advogado à razão de 20% sobre o total devido. Essa cláusula fere o parágrafo XII, do CDC. Em alguns casos elegem, para dirimir questões provenientes do negócio jurídico o foro de cidade que não seja a do domicílio do consumidor, o que fere o inciso I, do art.101 do Código. As referidas instituições não informam as taxas de juros no contrato de financiamento e redigem o contrato de adesão com difícil leitura, desrespeitando dessa forma o inciso II, do art.52, e o parágrafo 3 do artigo 54, respectivamente, do CDC;

b) Cartas com propostas ditas irrecusáveis, feitas normalmente por empresas de cobrança. Além do valor da dívida ser totalmente irreal, a proposta não apresenta a planilha de evolução de débito. Apresentam supostos descontos e afirmam que tal proposta é imperdível, induzindo o consumidor a acreditar que estaria efetuando um ótimo negócio. Algumas dessas cartas vêm com ameaça de executar a dívida em juízo, caso o inadimplente não compareça na data marcada pela empresa. Na realidade, além da dívida estar totalmente inflacionada, os honorários advocatícios já estão incluídos, o que contraria o inciso XII, do artigo 51 do CDC. Em alguns casos os cobradores ligam para a residência do consumidor, se apresentam como advogados e tentam de todas as formas coagir o inadimplente a quitar a dívida. Quando os cobradores não conseguem encontrar o inadimplente, comunicam o seu débito aos familiares. Em outros casos eles ligam para o

emprego ou vizinhos do inadimplente, comunicando o débito e sempre fazendo ameaças. Chegam a mencionar que se o consumidor não cumprir com que a empresa determinou, mandarão um oficial de Justiça ou a polícia para cobrar o débito. Ressalte-se que o oficial de Justiça não foi treinado para ser um cobrador e, sim, efetuar diligências como entregar citações, intimações, busca e apreensão, através de mandado expedido pelo juiz e a polícia. Não existe departamento de cobrança na polícia. Tais fatos contrariam o artigo 42 do CDC.

Passos e direitos do consumidor

Como causas, podemos citar:

a) A péssima distribuição de renda no país que causa um desemprego, levando o consumidor à inadimplência; b) A falta de informação das pessoas, que são, em sua maioria, carentes de recursos (principalmente as classes D e E) e devido a isso não têm acesso a uma educação adequada; c) A publicidade que, através da imprensa, induz o consumidor ao endividamento, com o uso de artistas famosos. Deve-se ressaltar que na maioria dos casos, a publicidade não informa as taxas reais de juros e faz o consumidor acreditar que não precisará pagar

o empréstimo. O item acima desrespeita claramente o parágrafo 1, do artigo 37 do CDC.

Felizmente, a mesma imprensa presta um grande serviço quando alerta a população a respeito dos juros praticados pelas financeiras, bancos e cartões de crédito. Quase que diariamente, os jornais publicam todas as armadilhas das referidas instituições com relação às taxas de juros, incluindo simulações de empréstimo.

Antes de entrar na Justiça, o consumidor deve primeiro constituir um advogado para representá-lo junto ao credor. Para tal, basta levar os extratos bancários ao advogado, mostrando a evolução da dívida desde o início.

PLANILHA 1					
Comparação de Taxas de Juros					
Empréstimo	R\$ 1.000,00	R\$ 1.967,10	R\$ 2.812,70	R\$ 1.260,00	
Prestação	Taxa Banco	Taxa da Financeira	Taxa Selic	Diferença a receber	Diferença a receber
	Mensal-5,8%	Mensal-9%	Anual-26%	do Banco	da Financeira
	-Anual 96,71%	-Anual-181,27%	-Mensal 2,17%		
1	R\$ 163,93	R\$ 234,39	R\$ 105,00	-R\$ 58,93	-R\$ 129,39
2	R\$ 163,93	R\$ 234,39	R\$ 105,00	-R\$ 58,93	-R\$ 129,39
3	R\$ 163,93	R\$ 234,39	R\$ 105,00	-R\$ 58,93	-R\$ 129,39
4	R\$ 163,93	R\$ 234,39	R\$ 105,00	-R\$ 58,93	-R\$ 129,39
5	R\$ 163,93	R\$ 234,39	R\$ 105,00	-R\$ 58,93	-R\$ 129,39
6	R\$ 163,93	R\$ 234,39	R\$ 105,00	-R\$ 58,93	-R\$ 129,39
7	R\$ 163,93	R\$ 234,39	R\$ 105,00	-R\$ 58,93	-R\$ 129,39
8	R\$ 163,93	R\$ 234,39	R\$ 105,00	-R\$ 58,93	-R\$ 129,39
9	R\$ 163,93	R\$ 234,39	R\$ 105,00	-R\$ 58,93	-R\$ 129,39
10	R\$ 163,93	R\$ 234,39	R\$ 105,00	-R\$ 58,93	-R\$ 129,39
11	R\$ 163,93	R\$ 234,39	R\$ 105,00	-R\$ 58,93	-R\$ 129,39
12	R\$ 163,93	R\$ 234,39	R\$ 105,00	-R\$ 58,93	-R\$ 129,39
Total	R\$ 1.967,10	R\$ 2.812,70	R\$ 1.260,00	-R\$ 707,10	-R\$ 1.552,70

Deve-se ressaltar que, da mesma forma que as instituições têm o direito de contratar empresas para cobrar a dívida, o mesmo direito aplica-se ao consumidor; este não deve se deixar intimidar pelo credor ou pela empresa de cobrança. Caso não haja acordo extra-judicial, então o caminho é a Justiça. O consumidor, através do advogado, vai questionar a capitalização dos juros e pode, na mesma ação, pedir ao Juiz que o seu nome não seja enviado aos órgãos de proteção ao crédito. Esse pedido incluído na ação é chamado de “antecipação de tutela”.

O lucro líquido dos bancos, em 2004, foi em média de R\$ 3 bilhões, e as principais fontes foram o crédito direto ao consumidor e o cheque especial. Fica fácil de entender quando se fala no *spread* bancário (diferença entre a taxa de captação de recursos e a taxa de empréstimo). Tomemos o exemplo de um banco que cobra 2,17%, ao mês, de taxa de empréstimo. A caderneta de poupança rende, em média, 0,7% ao mês. A diferença é de 1,47 ponto percentual (2,17% - 0,7%) por cliente/empréstimo.

No dia 30 de maio último, o Conselho Federal de Economia (Cofecon) se reuniu com o vice-presidente da República, José Alencar, e apresentou propostas para uma nova política econômica, dentre as quais, a promoção da redução do *spread* e dos custos dos serviços prestados pelos bancos, por meio da implementação efetiva de medidas de defesa do consumidor e de combate às práticas comerciais restritivas aos bancos. Como se vê, a sociedade está se organizando e não medindo esforços para que o *spread*

bancário seja reduzido com o objetivo de proteger o consumidor.

Outra forma de entender é a comparação entre as taxas de juros do cheque especial com a taxa Selic. Em março de 2004, por exemplo, os correntistas que estivessem no “vermelho” pagavam juros anuais de 142,03%, 8,61 vezes mais que a taxa Selic. Em abril do mesmo ano, a variação foi de 8,76. A taxa Selic estava em 16% e os juros do cheque especial, 140,18%.

As principais fontes pagadoras são as classes D e E, em que honra, honestidade, probidade e

outros atributos é o maior capital. Ressalte-se que essas pessoas, devido à falta de informação, são o alvo dos assédios das referidas instituições e da publicidade, através da imprensa. De tudo fazem para tentar pagar os juros exorbitantes, com o objetivo de evitar a negativação de seus nomes nos órgãos de proteção ao crédito.

Felizmente, apesar da falta de esclarecimento, essas classes estão, ao longo do tempo, se conscientizando de seus direitos. Já está na hora de mais rigorosidade quanto à aplicação das leis de Defesa do Consumidor. É incabível que tantas pessoas ainda vinculem o Poder Judiciário à polícia, acreditando que um oficial de Justiça vá cobrar uma dívida. Ainda há uma forte esperança que este quadro se reverta ao longo dos anos, com o fortalecimento da democracia e das associações de defesa do consumidor. ■

PLANILHA 2	
Nº de ações desde 1990	
FINANCEIRA	
ANO	Nº DE AÇÕES
1990	15
1995	22
2000	160
2004	186

* Economista.

É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



* Crédito sujeito a aprovação.

Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Orçamento da criança não chega a 10% do total

O Fórum Popular de Orçamento procura desenvolver iniciativas que ajudem na formulação de políticas públicas para o bem estar social, e comprometeu-se na elaboração de um instrumento pelo qual é possível mensurar e analisar as dotações orçamentárias cariocas voltadas a crianças e adolescentes. Para isso, utilizou metodologia desenvolvida pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), na formulação do Orçamento Criança e Adolescente (OCA), que contém orientações para a organização de informações do orçamento que permitem identificar as ações/despesas destinadas à promoção e ao desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Elaborou-se o OCA carioca a partir da Proposta Orçamentária para 2006, separando e agregando os programas de trabalho de acordo com sua função e subfunção, ou seja, de acordo com a área de atuação do governo e seu detalhamento. Para tanto, escolheu-se as funções: saúde (e outras relacionadas a ela, como saneamento e habitação); educação (onde estão englobados cultura, desporto e lazer); e assistência social.

Por muitas ações/despesas não se relacionarem direta e exclusivamente com crianças e adolescentes, e para aproximação de um valor mais adequado à realidade, foram

divididas em orçamento “exclusivo” e “não-exclusivo”. Calculou-se o “não exclusivo” a partir do percentual de crianças de 0 a 17 anos sob a população total do município do Rio de Janeiro (Dados do IBGE-2001), multiplicado pela dotação orçamentária. Os orçamentos exclusivos foram considerados em sua totalidade, por destinarem-se precisamente a crianças e adolescentes. O OCA se forma pela soma desse dois orçamentos.

Com as informações contidas no quadro abaixo podemos apurar esse Orçamento Criança e Adolescente, do Rio, e avaliar como será o compromisso de realização desses

gastos e qual a “prioridade” que será dada às crianças e adolescentes no próximo ano. Como podemos observar, a área da saúde, incluindo as funções saúde, saneamento e habitação, ficou com o maior percentual do OCA. Por ser difícil mensurar o quanto se destina às crianças e aos adolescentes, calculou-se como “não-exclusivo”. Na área da educação, o segundo maior percentual, por se dedicar quase toda e diretamente, considerou-se o seu valor total. Cultura, desporto e lazer seguem a mesma

ORÇAMENTO TOTAL	9.475.903.633
ORÇAMENTO CRIANÇA - OCA	898.084.109
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (OCA/ORÇAMENTO TOTAL)	9,48%
FONTE PARA CÁLCULOS: Prop. Orç. P/ 2006 e IBGE.	

O OCA totaliza uma previsão de R\$ 898.084.109, sendo responsável por 9,48%, ou seja, menos de 1 décimo da Previsão Orçamentária Total do Município.

O número de crianças e adolescentes representa aproximadamente 27,5% de toda a população (IBGE – 2001), o que resulta em um número de 1.611.276 de pessoas. Executando a divisão das possíveis ações e despesas pelo número de crianças e adolescentes, obtemos um *OCA per capita* de R\$ 557,37, ao longo do próximo ano, ou de R\$ 46,45, *per capita*, por mês.

Está previsto que a arrecadação dessas dotações provenha principalmente de recursos do próprio Tesouro, aproximadamente 73%. Os quase R\$ 242 milhões restantes se originarão principalmente de receitas próprias de autarquias, fundações e empresas.

Temos a expectativa de que o OCA carioca se transforme em um instrumento de ação da sociedade, na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Desta forma, acreditamos aumentar a eficiência e eficácia do gasto público. Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente será uma realidade e não somente uma declaração. ■

ESFERAS DE AÇÃO PRIORITÁRIAS E FUNÇÕES GOVERNAMENTAIS	ORÇAMENTO CRIANÇA VALOR (R\$)	COMPOSIÇÃO (%)
Área 1 => SAÚDE		
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE, SANEAMENTO E HABITAÇÃO		
- SAÚDE	414.183.398	46,12%
- PRINCIPAIS ÁREAS E SUBÁREAS DE ATUAÇÃO	357.606.275	
- ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	7.684.875	
- SANEAMENTO	48.407.148	5,39%
- HABITAÇÃO	485.100	0,05%
Área 2 => EDUCAÇÃO		
DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER		
- EDUCAÇÃO	311.331.445	34,67%
- PRINCIPAIS ÁREAS E SUBÁREAS DE ATUAÇÃO	308.645.284	
- ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	2.686.161	
- CULTURA	30.230.630	3,37%
- DESPORTO E LAZER	9.712.003	1,08%
Área 3 => ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS DE CIDADANIA		
DESPESAS TOTAIS COM PROTEÇÃO SOCIAL		
- ASSISTÊNCIA SOCIAL	83.734.386	9,32%
- PRINCIPAIS ÁREAS E SUBÁREAS DE ATUAÇÃO	48.487.050	
- ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	35.247.336	
ORÇAMENTO CRIANÇA E ADOLESCENTE		
DESPESAS TOTAIS	898.084.109	100,00%
FONTE PARA CÁLCULOS: Proposta Orçamentária para o Ano de 2006 e IBGE.		

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação Executiva: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, Supervisão Técnica: economista Luiz Mario Behnken. Estagiários: Thiago Marques, Julliana Medeiros e Pedro Gonçalves - Colaboração especial: Ana Malburg e Júlia Martins. Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

ECONOMISTA! DEIXE SEU ORÇAMENTO MAIS SAUDÁVEL.

O Conselho Regional de Economia e a Unimed-Rio se uniram para criar um plano de saúde exclusivo para os economistas e seus dependentes.
Confira as vantagens:

COBERTURA NACIONAL

A PRIMEIRA MENSALIDADE É PAGA SOMENTE QUANDO INICIA A COBERTURA, SEM PAGAMENTO IMEDIATO NO ATO DA ADESÃO

PEA (BENEFÍCIO EM FAVOR DOS DEPENDENTES EM CASO DE MORTE DO TITULAR DURANTE 5 ANOS NO PLANO ALFA)

PLANOS E PREÇOS ESPECIAIS PARA SEUS AGREGADOS (PAI E MÃE, SOGRO E SOGRA)

PLANOS OPCIONAIS: SOS UNIMED (Remoção Hospitalar através de UTI Móvel)
UNIMED DENTAL (Atendimento odontológico em consultório credenciado)

UNIMED FARMÁCIA: Descontos de até 29,27% sobre o preço máximo ao consumidor (PMC) para os remédios que constam da lista de medicamentos negociada, com receita médica. Para os demais medicamentos não constantes da lista, desconto de 12% sobre o PMC na Rede Drogasil.

RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS HOSPITAIS CREDENCIADOS:

PLANO ALFA

Pronto Baby
Sanci
Evangélico
Hospital Italiano
Sta Terazinha
Ordem 3 Penitência
Cardio Barra
AMIU Botafogo

AMIU Jacarepaguá
Centro Pediátrico da Lagoa
Pinheiro Machado
Tijutrauma
São Bernardo
São Lucas
Casa de Saúde Portugal
Amparo Feminino
Hospital Espanhol

PLANO BETA (Rede do Plano Alfa e mais)

Sta Lúcia
Israelita

PLANO DELTA (Rede do Plano Beta e mais)

São José
Rio Mar
Bambina
Centro Ped. Da Barra
Barra D'or
Day Hospital
Quinta D'or

PLANO ÔMEGA (Rede do Plano Delta e mais)

Clinica São Vicente
Perinatal Laranjeiras
Pró Cardíaco

Faça a sua adesão:
(21) 2158-0580

PLANO NACIONAL / VALORES POR USUÁRIO

FAIXAS ETÁRIAS	ALFA (Enfermaria)	BETA (APTO)	DELTA (APTO)	ÔMEGA (APTO)
0 a 18 anos	R\$ 78,22	R\$ 92,26	R\$ 125,16	R\$ 156,45
19 a 23 anos	R\$ 99,38	R\$ 117,22	R\$ 159,01	R\$ 198,77
24 a 28 anos	R\$ 124,21	R\$ 146,50	R\$ 198,73	R\$ 248,42
29 a 33 anos	R\$ 130,69	R\$ 154,14	R\$ 209,11	R\$ 261,38
34 a 38 anos	R\$ 138,64	R\$ 163,51	R\$ 221,82	R\$ 277,28
39 a 43 anos	R\$ 158,55	R\$ 186,99	R\$ 253,67	R\$ 317,09
44 a 48 anos	R\$ 191,89	R\$ 226,32	R\$ 307,02	R\$ 383,78
49 a 53 anos	R\$ 220,67	R\$ 260,27	R\$ 353,08	R\$ 441,34
54 a 58 anos	R\$ 307,40	R\$ 362,55	R\$ 491,83	R\$ 614,79
Acima de 59 anos	R\$ 469,18	R\$ 553,36	R\$ 750,69	R\$ 938,36

ANS - nº 39.332-1



Siga seu conselho

